

## **Ameaças à funcionalidade familiar: uma perspectiva sistémica da cultura organizacional da(s) família(s).**

Filipe Jorge Gamboa Martins Nave\*  
Saul Neves de Jesus\*\*

### **Resumo**

Neste artigo é feita uma abordagem sistémica da família, na perspectiva da cultura organizacional existente nas famílias e sua influência nos comportamentos desviantes ou disfuncionais dos seus membros. São também apresentadas algumas das ameaças à disfuncionalidade familiar e individual, ao longo das diferentes fases do ciclo vital. As modalidades de funcionamento da família são representadas graficamente, nos eixos do externo versus interno e flexibilidade versus rigidez. A amplitude de ocupação dos quadrantes, das relações interpessoais, da heurística, da hierarquia e dos objectivos sociais, permitem compreender as dinâmicas familiares e apontam para sugestões relativamente a estilos de interacção familiar mais saudável.

**Palavras-chave:** Família. Organização. Cultura.

## **Threats to family functionality: a systematic perspective on the family(s) organizational culture**

### **Abstract**

This article presents a systematic approach on the family, in the perspective of the families existing organizational culture in and its influence in deviant or dysfunctional behavior of its members. Some of the threats to familiar and individual functionality in the different phases of the vital cycle are also presented. The family's functioning modalities are graphically represented, in the external versus internal and flexibility versus strictness axes. The amplitude of quadrant occupation, interpersonal relations, heuristics, hierarchy and social allow the understanding of family dynamics and present suggestions towards ways of healthier family interaction.

**Keywords:** Family. Organization. Culture.

---

\* Prof. Adjunto da Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve.

\*\* Professor Catedrático do Departamento de Psicologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade do Algarve.

## 1. Introdução

Um homem só, não existe.  
O que existe é esse homem, os seus  
sonhos, a sua família e o seu meio.

O construto social de família é bastante complexo, mas também pouco específico, porquanto inclui uma grande variedade de experiências e exclui muitas outras, onde a diversidade de estudos e análises, implica uma heterogeneidade de conceitos e de contextos.

A família é o princípio e o fim da vida relacional (afectiva e social) do ser humano, é constituída por um grupo de pessoas que partilham determinadas funções e papéis, com vista a objectivos comuns de equilíbrio e desenvolvimento. É um sistema social em rede, com estrutura, organização e cultura própria, regido por um conjunto de regras, valores e crenças, que lhe conferem identidade própria. Pensar sistemicamente a família, implica atender às interacções internas ao longo das diversas fases do ciclo vital individual e familiar, em permanente relação com o exterior.

A família vulgar, ordinária, na pluralidade do significado de família, é envolvida por uma unicidade e singularidade própria, onde a complexidade das relações em permanente transformação, proporcionam o seu desenvolvimento, adaptação e continuidade.

É precisamente nesta família “vulgar”, que pretendemos centrar a nossa reflexão, porquanto é no seio da família, que acontecem as transformações, as adaptações, as trocas relacionais, a comunicação, os afectos, os ganhos e as perdas, as identificações, também os conflitos, “as crises”, o desamor, a vida e a morte.

No pano de fundo de todo, ou de todos estes quadros familiares, está o contexto da cultura organizacional da(s) família(s), em que a vida real intra e extra familiar acontece.

Numa perspectiva estruturalista, a cultura é definida

[...] quer como um sistema de padrões cognitivos aprendidos que auxiliam as pessoas nos processos de perceber, sentir e actuar e, como tal, encontra-se localizada na mente das pessoas, quer como um sistema partilhado de símbolos e de significados, patente nos pensamentos e nos significados partilhados pelas pessoas de uma sociedade (NEVES, 2000, p. 66).

Esta noção de cultura traduz naturalmente, a importância dos pressupostos fundamentais de valores, crenças e atitudes, na interiorização partilhada pelos membros constituintes da família, nos diversos aspectos que compõem a natureza, funcionamento e organização.

Ao longo do ciclo vital da família, não esquecendo as interacções que se estabelecem entre este e o ciclo vital individual e social, ocorrem variadíssimos momentos de “crise”. Previsíveis e normativas, é certo, proporcionando espaços de crescimento e desenvolvimento, onde a capacidade de adaptação à mudança projectam o sistema para níveis de complexidade e funcionalidade, nunca antes experimentados. Daí, uma vez ultrapassada(s) a(s) crise(s), o sistema nunca mais

será aquele que lhe deu origem, mas antes uma estirpe evoluída, do sistema primário que lhe antecedeu.

Gerir a crise, implica saber lidar com o stress que, como mais nada na vida, é capaz de nos fazer avançar e retroceder, num único movimento de assaz sobrevivência, entre o mundo das percepções e o universo das relações compreendidas.

É no seio da família, digo agora no singular por ser esta, a nossa e não outra qualquer, que poderemos encontrar o suporte, a força e a determinação para que, na construção do presente, possamos edificar um futuro, ainda que, o conhecido (do passado), possa condicionar os movimentos adaptativos e normativos à passagem ao estágio seguinte.

Mas, é também no seio da nossa família, que experimentamos o deserto relacional, a ausência da partilha e compreensão, agora fonte de culpa, acusação, solidão e desespero, como diz Saraceno (1997, p.13) é a “[...] *família que mata*”. Assim, despojada das suas funções que, por pressões internas, ou externas, delega ao acaso, ou a outrem, o suporte bio-psico-social, vital para a condição humana.

Importa assim perceber, de que formas e com que meandros de interacções internas e externas da(s) família(s) se organizam, co-evoluem, operam mudanças de primeira e segunda ordem, e se adaptam sucessivamente numa aprendizagem organizacional.

## **2. Uma perspectiva sistémica da cultura organizacional da(s) família(s)**

É com base no Modelo dos Valores Contrastantes de Quinn e colaboradores (1981;1983), do Diagnóstico da Cultura Organizacional, na conceptualização e avaliação da eficácia das organizações, adoptando um pensamento sistémico e uma visão transdisciplinar, que surge o Modelo da Cultura Organizacional da(s) Família(s).

Nesta perspectiva, pretende-se analisar a dinâmica das interacções entre os quadrantes ou, dimensões de que o modelo é composto; cultura das relações interpessoais, cultura da heurística, cultura da hierarquia e cultura dos objectivos sociais, regidos pelos eixos: vertical (flexibilidade – rigidez) e horizontal (interno – externo), no continuum do ciclo vital da(s) família(s) que, nos permitam identificar situações de desequilíbrios, que conduzem à disfuncionalidade da(s) Família(s), (Figura 1).

Cultura das relações interpessoais:

- . As vertentes relacionais como a coesão/conflito, sentimento de pertença; afectividade, comunicação;

Cultura da heurística:

- . A capacidade de adaptação à mudança, criatividade;

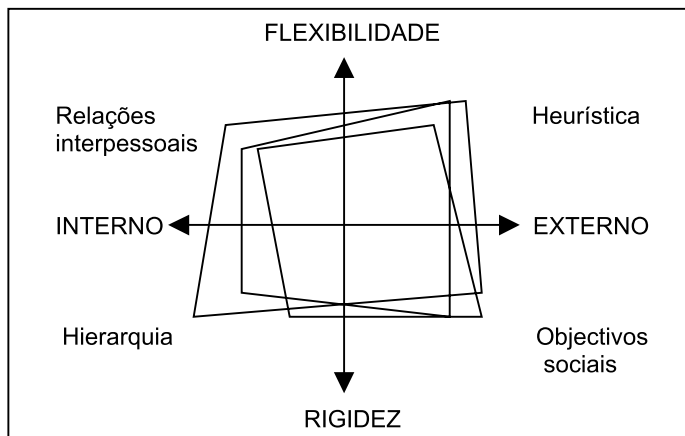
Cultura da hierarquia:

- . As regras, os papéis, os limites;

Cultura dos objectivos sociais:

- . Objectivos sociais, pressão social, competitividade.

Figura 1 - Modelo de Diagnóstico da Cultura Organizacional da(s) Família(s).



Segundo este modelo, a funcionalidade das famílias, será directamente proporcional ao equilíbrio dinâmico conseguido entre os quadrantes e entre os eixos, como se de uma rede elástica se tratasse, esticando ou encolhendo, mantendo uma área mais ou menos constante e centrada.

Na família funcional, a flexibilidade e a rigidez devem complementar-se em proporções mais ou menos simétricas, o mesmo acontecendo com a ênfase na vertente interna e externa do sistema.

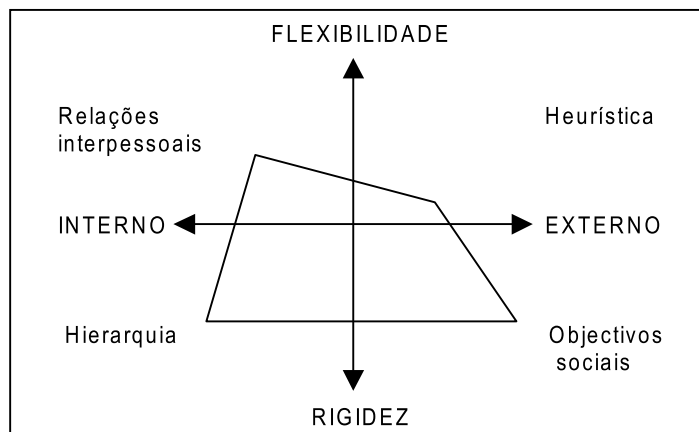
Por outro lado, e porque os valores (quadrantes) são contrastantes, a uma forte hierarquia corresponderá uma baixa heurística, ou, a uma forte componente das relações interpessoais, corresponderá uma diminuição na ênfase, nos objectivos sociais.

Contudo, mesmo existindo um equilíbrio com baixa ênfase, entre as diferentes culturas, podemos estar em presença de uma família disfuncional, o mesmo se passa quando, pelo menos uma das culturas apresenta baixos valores.

### 3. Ameaças à funcionalidade familiar

Analisaremos em seguida, utilizando o modelo apresentado, algumas situações de possíveis desequilíbrios e de disfuncionalidades, ao longo do ciclo vital da família, que podem provocar comportamentos desviantes.

Figura 2 – Formação do casal



Com o enamoramento e namoro, surge a promessa de um sonho romântico sobre o qual é construído todo um conjunto de projectos e desejos que dominam quase por completo os temas de conversação do casal (ainda não constituídos como família).

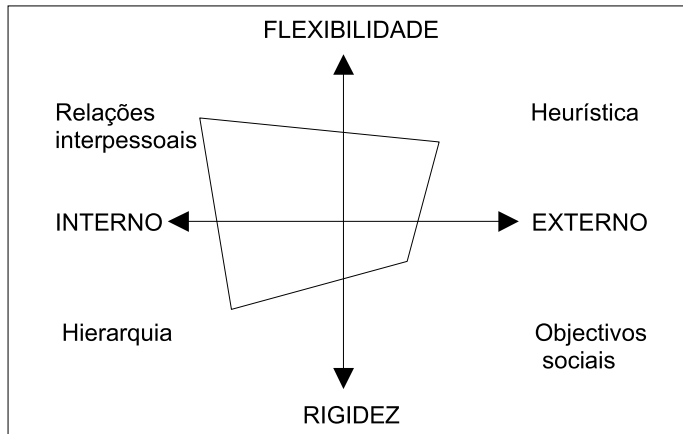
Há nesta fase, como podemos ver representado na Figura 2, uma tendência para minimizar os aspectos menos positivos do outro e maximizar as qualidades e virtudes, sob a promessa de que com o casamento tudo será diferente, facto que é traduzido por uma mediana cultura das relações interpessoais pessoais.

Frequentemente com o namoro, surgem diversos entraves à constituição do novo casal, ou nova família, podemos falar aqui das primeiras crises do latente ciclo vital da família. A oposição das famílias de origem, por razões de ordem sócio-culturais (posição ou estrato social, etnia, crenças, valores, ...), provocam uma rigidificação da componente hierárquica.

Por outro lado, a pressão de terceiros, interessados num dos elementos (antigas relações, relações paralelas), pressão da rede social de suporte (amigos e colegas), incapacidades de romper um namoro, forjado ou não, entre outros, constituem outras das ameaças à funcionalidade, traduzidas numa forte componente dos objectivos sociais.

Muitas vezes, sem recursos relacionais e comunitários de apoio, sem ter com quem partilhar os problemas, as angústias e emoções, são experimentados sentimentos de solidão e de isolamento comunicacional que levam frequentemente a estados de desespero e de sensação de impotência, (baixa cultura heurística), que facilmente levam a estados depressivos e a comportamentos disfuncionais.

Figura 3 - Casamento



Com o casamento, entendendo por casamento, não o acto oficial, religioso ou legal, mas antes a união afectiva e efectiva de duas pessoas com objectivos comuns, é então formado um novo sistema familiar.

Numa perspectiva sistémica, a formação de qualquer sistema, implica uma fusão não apenas dos elementos fundadores, mas uma interacção das forças centrípetas e centrífugas dos sistemas e subsistemas de que cada um transporta na sua “bagagem” pessoal. Quando casamos com alguém, casamos também com a sua família, os seus amigos, a sua condição profissional e sócio-cultural (RELVAS, 1996).

Todo este processo exige de ambos os elementos um movimento que lhes permita a construção de uma identidade própria, com os instrumentos e recursos que cada um “empresta” a este novo sistema familiar. É a construção do nós, partindo do tu e eu, na perspectiva de que nós é muito mais que a simples soma do eu e os meus e tu e os teus.

Neste contexto e analisando a Figura 3, o casal necessita de um período de adaptação e construção, normalmente caracterizado por um fecho do sistema ao exterior, organizando e estruturando as regras, papéis e formas de funcionamento da família (ALARCÃO, 2002), provocando naturalmente, uma maior ênfase no eixo interno e na cultura da hierarquia do sistema familiar, em oposição à menor expressão dos objectivos sociais.

Nesta fase de negociação e adaptação ao novo contexto de vida, de comunicação e evolução, ou melhor de co-evolução, podem surgir algumas ameaças à funcionalidade familiar, com repercussões organizacionais familiares e individuais, bastante importantes.

É frequente nesta fase do ciclo vital da família, sobrevalorizar (agora), as relações de complementaridade em detrimento das relações de simetria. Ou seja, valoriza -se agora, mais os defeitos e os hábitos tidos como menos agradáveis, que

as qualidades e virtudes, outrora valorizadas. Podemos chamar-lhe a “guerra” do que tu na verdade és, versus, aquilo que eu gostaria que tu fosses.

Frequentemente assistimos nesta fase, (que deveria de ser de evolução, de crescimento e felicidade), a situações de desencanto, desatino, desilusão, arrependimento e incapacidade de lidar com a mudança, (baixa capacidade heurística), que facilmente transportam os intervenientes, a situações de desespero, vergonha, solidão e isolamento.

Algumas das principais ameaças:

O desencanto ou desamor (cai por terra a esperança de que com o casamento tudo será diferente)

Incapacidade de construção da identidade familiar, sentimento de pertença e autonomia, por interferência das famílias de origem, amigos, profissão, status.

Confronto de valores, crenças e estilos de vida.

Violência familiar, (por ciúme, poder, afirmação, consumo de substâncias adictas).

Disfunções sexuais, (físicas, psicológicas, morais).

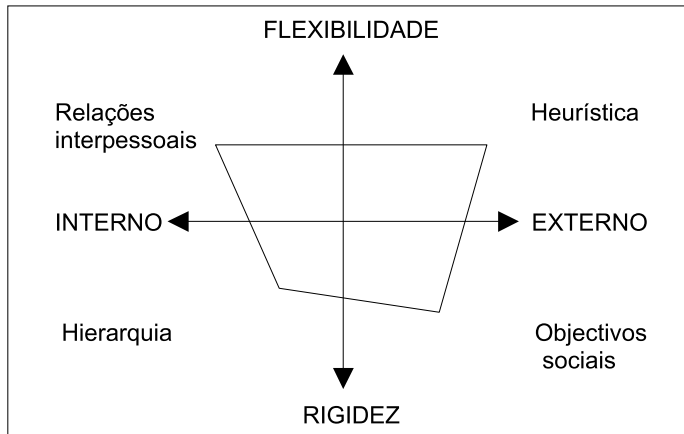
Infertilidade, exacerbando a culpa e/ou acusação.

Despersonalização progressiva, (sentimento de inutilidade e desvalorização pessoal).

Gravidez não desejada por um dos conjugues, ou ambos:

- Dificuldade em lidar com as transformações estéticas do corpo.
- A mudança de hábitos e estilos de vida.
- Anúncio de complicações/malformações.
- Conflito entre a conjugalidade/parentalidade.
- Disfunção sexual, ansiedade, medos, crenças.

Figura 4 – Família com filhos pequenos.



Com o nascimento do primeiro filho, e ainda durante o trabalho de parto, os pais são confrontados com a crise gerada entre a construção (ao longo da gravidez), do filho imaginário e constatação, no aqui e agora, do filho real. Este momento, repleto de emoções não controladas, é determinante no reajuste organizacional da família, que agora, terá de aprender a interagir com um novo subsistema, o parental.

O primeiro choro da criança, anuncia aos pais, e nesta fase principalmente à mãe, a responsabilidade pela satisfação de todas as necessidades do recém-nascido, em completa dependência dos seus progenitores. Com alguma frequência, surgem neste estágio as depressões puerperais, resultantes (entre outras causas) do sentimento de incapacidade ou incompetência para cumprir o papel que agora lhe(s) é solicitado.

Quando se fala em depressão puerperal, entenda-se que, não se está apenas a falar da nova mãe, mas antes dos novos pais, uma vez que a grande maioria dos estudos nesta área, centralizam-se apenas nas alterações psicológicas da mãe. Ora, uma vez que, quer em termos científicos, quer epistemológicos, falamos hoje de gravidez do casal, não poderemos conscientemente, deixar de falar em depressão puerperal do casal, que irá ser ampliada ou resolvida na directa proporção da capacidade de relação, reorganização, mudança e adaptação do casal e do contexto dos recursos disponíveis das famílias de origem e da rede de relações sociais e comunitárias.

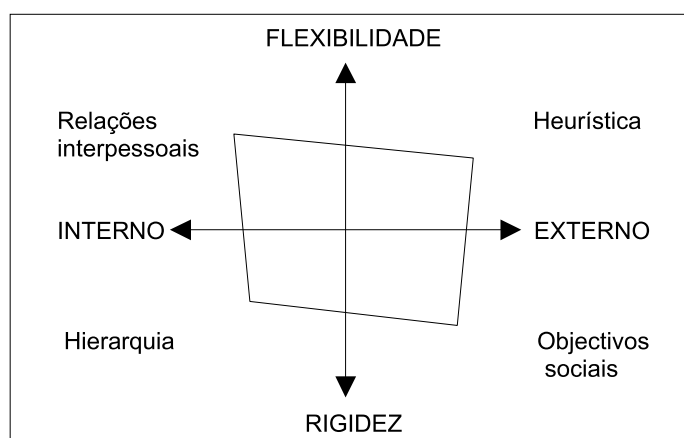
Ultrapassada esta primeira fase de acolhimento do novo membro familiar, outros momentos de crise, não menos importantes lhe sucedem. Para além de todo um reequacionar de funções, tarefas e estilos de vida, há que reencontrar o equilíbrio entre o subsistema conjugal e o subsistema parental. Lidamos agora com o eu, o tu, o nós e o ele, o que exigirá da família, como podemos observar na Figura 4, uma maior ênfase da cultura heurística.

Com o nascimento do primeiro filho, assistimos a uma abertura do sistema familiar ao exterior. Os rituais de apresentação do filho à restante família, amigos e



sociedade em geral, como por exemplo as visitas lá a casa, a cerimónia de baptizado, entre outros, promovem essa abertura da família ao macrossistema social. Por outro lado a entrada dos filhos para infantários e creches, as festas de anos e a utilização de espaços lúdicos infantis, iniciam todo um conjunto de trocas e avaliações mútuas entre a família e o meio envolvente, como facilmente é percebido pela interpretação da Figura 4, onde o eixo externo é nitidamente predominante, valorizando a cultura heurística e a cultura dos objectivos sociais.

Figura 5 – Família com filhos na escola



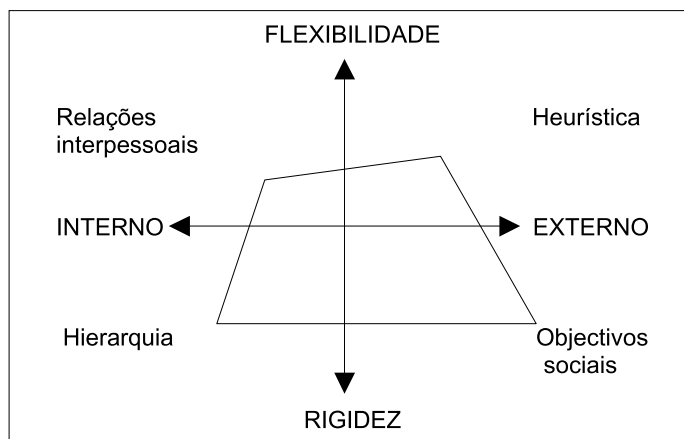
A entrada dos filhos para a escola, provoca na família uma nova crise desenvolvimental, com um duplo movimento de abertura do sistema ao exterior, por um lado, onde a família é colocada em avaliação pelo desempenho das suas funções internas e externas, (componente dos objectivos sociais), e por outro, assistimos nesta fase, a um passo determinante do processo de separação-indivuação que permite à família avançar no sentido da autonomia, reforçando a identidade, (manutenção da ênfase das relações interpessoais) Figura 5. Embora este duplo movimento, tenha tido (na fase anterior) o seu início, com, e cada vez mais precoce, colocação dos filhos em infantários e creches, é a entrada para a escola, que definitivamente anuncia esta nova crise evolutiva, pelo seu carácter de integração social e obrigatoriedade, e pela (quase ritual) iniciação dos filhos ao mundo do saber e do conhecimento, que lhes trará uma maior capacidade crítica e lhes alargará o leque das argumentações com que construíram o mundo das relações intra e extra familiares.

Paralelamente a estes aspectos desenvolvimentais dos filhos, os progenitores, vivem e sentem neste estágio, os efeitos dos desafios e exigências que a competitividade social (emprego, formação e status), lhes impõem. Assistir à entrada dos filhos para a escola, provoca um estranho sentimento de adultícia, e um acréscimo de responsabilidades, muitas vezes divididas entre as necessidades dos filhos, as necessidades individuais, as da família e das primeiras solicitações dos seus próprios pais, acusando agora o peso dos anos, com todas as percas tridimensionais da saúde, que o processo de envelhecimento acarreta.

Todo este processo de desenvolvimento familiar, representado graficamente na Figura 5, implica por um lado, toda uma renegociação de normas, papéis e funções (cultura hierárquica), por outro, movimentos de adaptação e mudança (Cultura heurística), nem sempre fáceis, mas necessários ao funcionamento e organização do sistema familiar.

Compete à família encontrar no seu próprio ritmo e na sua particular forma de lidar com o desenvolvimento individual e familiar (de coesão e relação), os caminhos que a conduzirão a estádios mais elevados (complexos) de organização, e das trocas afectivas e comunicacionais de crescimento, enquanto grupo primário da estrutura social.

Figura 6 – Família com filhos adolescentes.



A noção de paradoxo familiar, atinge nesta fase o seu expoente máximo, percebido quer pelos adolescentes, quer pelas suas famílias, uma vez que todo o sistema é por assim dizer “infectado”, por dois movimentos aparentemente antagonistas do desenvolvimento individual e familiar, correndo sérios riscos entre o eixo da flexibilidade e rigidez, e o eixo do interno e externo, na adaptação necessária à co-evolução do sistema familiar.

Ambos os intervenientes deste complexo processo, experimentam nesta fase, avanços e recuos, nem sempre sincronizados e nem sempre conscientes de que, é a partir dos desacordos e das diferenças, que se vai construindo uma identidade relacional, que nos permita estabelecer com os outros, relações de respeito mútuo, de liberdade, afirmação e co-existência gratificante.

Essas transformações, condicionam e são condicionadas por algumas exigências, tarefas e papéis psicossociais que o adolescente terá de realizar nesse período, para que a sua incursão e participação efectiva na vida adulta, seja plena, consertada e adaptada às exigências e expectativas sócio-culturais (CLAES, 1985). Tarefas essas que serão o reflexo das expectativas e das normas sócio-culturais que, de certa forma, ditam o conceito de desenvolvimento normal e saudável num determinado contexto ambiental, conforme podemos verificar pela amplitude da cultura

dos objectivos sociais na Figura 6.

A inadequada resposta às exigências sociais, ou a incapacidade de lidar com esse desafios desenvolvimentais (baixa cultura da heurística), projectam o indivíduo e família para experiências de reprovação social, onde sentimentos de exclusão, inadaptação e insatisfação, conduzem com frequência a situações de insucesso psicossocial, traduzidas em comportamentos desadaptados.

No desenvolvimento de todo este complexo processo, não devemos ignorar a importância do suporte afectivo necessário em momentos de transição e de mudança, como é a adolescência, constituindo a família, um verdadeiro *"porto de abrigo"* em reconstrução onde, "para permitir a nova organização familiar, pais e filhos necessitam definir novos papéis com flexibilidade. Os pais não devem abdicar da sua autoridade e com afecto e negociação permanente facilitarão a autonomia adolescente" (SAMPAIO, 1994, 246-247).

É então necessário, um ambiente de disponibilidade, de suporte e de apoio instrumental e afectivo, num contexto de intimidade e de partilha, caracterizado pela compreensão, sentimento de segurança e de pertença, que só as pessoas significativas, ou tidas como íntimas lhes podem proporcionar. É condição essencial, que estas surjam do círculo familiar e do grupo de amigos, para que a identificação para além de interna (do *self*), se alargue aos sistemas familiares e socio-culturais, num equilíbrio facilitador do desenvolvimento entre o sentimento de pertença e o reconhecimento social (NAVE, 2000).

Contudo, em todos estes movimentos de autonomia / separação, no fervilhar de afectos muitas vezes paradoxais, onde nem sempre a negociação é pacífica e a comunicação efectiva, surgem não raras vezes momentos de tensão e conflito que é necessário superar.

A conflitualidade e ruptura familiar, é muitas vezes percebida pelos jovens como um caos relacional, que embora seja sentida como tal, a sua intensidade supera com alguma facilidade a sua duração. Por outro lado, a presença de conflitos agudos nesta fase do desenvolvimento da adolescência, inscreve-se quase sempre numa história familiar marcada por importantes conflitos anteriores, não resolvidos (CLAES, 1985; COLLINS, 1990), situação representada na Figura 6 por um défice da cultura das relações interpessoais, principalmente à custa do conflito.

Se é verdade, que a adolescência inserida num contexto de dinâmica familiar, provoca toda uma redefinição de papéis, funções e de regras (traduzidas na representação da cultura hierárquica), não é menos verdade que o estágio de desenvolvimento do ciclo vital da família, nas tarefas e preocupações próprias dessa fase, provocam, também nos pais um reequacionar de compromissos conjugais e parentais, característicos da chamada *"crise da meia idade"* (RELVAS, 1996).

Paralelamente a estas dificuldades, surgem com frequência nesta fase do desenvolvimento familiar as chamadas *"gerações sandwiche"*, com o ressurgimento dos avós (que nesta fase sentem as dificuldades limitativas da velhice), as doenças prolongadas, as sequelas motoras, a viuvez, entre outras situações que levam muitas vezes os avós a coabitar com os filhos e o netos.

Os pais, passam assim, a dividir as preocupações entre os filhos que aspiram

a autonomia e independência, por um lado, e por outro os avós que, após tantos anos de segurarem as rédeas das suas próprias vidas, vêm-se agora limitados na sua autonomia e “presos” nas normas e regras de outro sistema familiar, que não o seu.

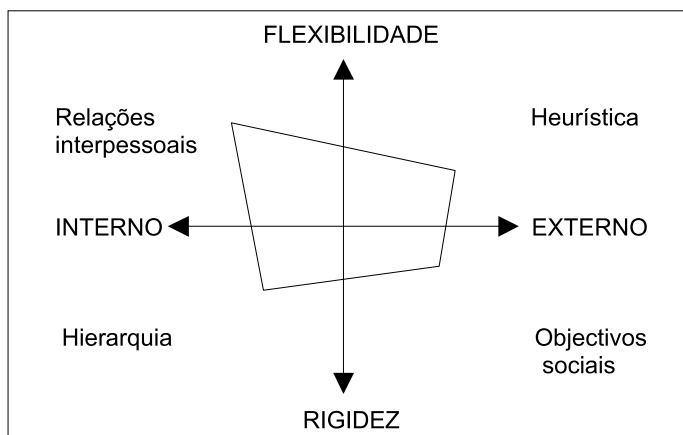
Esta convivência trans-geracional nem sempre é fácil, surgindo muitas vezes situações de divergência e de conflito, numa triangulação (filhos-pais-avós). Os reajustes conseguidos através dos movimentos de morfogénese, nem sempre são fáceis de gerir, nem a homeóstase fácil de manter (ALARCÃO, 2002).

Nesta perspectiva,

a disfunção familiar caracterizar-se-á não pela existência do conflito, mas pela incapacidade de com ele lidar eficazmente. Ou seja, é apenas quando o conflito põe em causa a coesão familiar que ele se torna um elemento perturbador do equilíbrio familiar, pondo em risco o seu adaptado funcionamento uma vez que a maior parte dos conflitos podem actuar não como veículo de destruição, mas sim como veículo de mudança e de reestruturação, constituindo-se como factor maturante e indispensável ao desenvolvimento das relações familiares (LOURENÇO, 1998, p. 36).

Embora a capacidade da família em lidar eficazmente com o conflito, constitua um factor importante na funcionalidade familiar, a comunicação é determinante, diremos até crucial, no superar de dificuldades na funcionalidade da família e no desenvolvimento harmonioso dos jovens adolescentes mas, “[...] para que isso seja possível é preciso que exista uma atmosfera calorosa de aceitação e de diálogo, que permita que os desacordos sejam adequadamente geridos pelos seus protagonistas na sua consequente elaboração e integração” (LOURENÇO, 1998, p.36).

Figura 7 – Família com filhos adultos.



Nesta fase do ciclo vital da família, poderemos identificar três estádios com tarefas desenvolvimentais próprias e com problemas e crises que lhes são características: famílias com filhos adultos em casa; famílias com filhos adultos fora de casa e a viuvez.

Decorrente da fase anterior (família com filhos adolescentes), assistimos hoje a um prolongamento da permanência dos filhos em casa dos progenitores, por razões de diversa ordem, como a exigência de habilitações qualificadas no mundo do trabalho, o casamento cada vez mais tardio, a dificuldade do primeiro emprego, entre outros, a que Erikson (1972) chamou de “moratória psicossocial”.

Com a meia-idade dos pais, surgem com frequência as “*gerações sandwiche*”, de que falamos na etapa anterior, e com ela todas as crises multigeracionais.

Se por um lado, a saída dos filhos, provoca na família um sentimento de separação e de perda, por outro, traduz a capacidade de autonomia, indicador de tarefa cumprida por parte dos progenitores. Quando essa saída é retardada, pode induzir na família e principalmente nos pais a sensação de insucesso na sua função familiar interna, gerando crises com maior ou menor amplitude.

Com a adultícia dos filhos e muitas vezes ainda em plena adolescência, surgem com alguma frequência, gravidezes não desejadas nem planeadas, retornos dos filhos a casa, por desemprego, divórcio, viuvez, instalando naturalmente uma crise que exige da família a capacidade de saber lidar, de se adaptar e de operar mudanças, que permitam uma reorganização familiar funcional. A forma como a família responde a esta fonte de stress, irá depender da sua cultura organizacional e da cultura individual e social.

É frequente hoje em dia, a saída de casa dos filhos adultos para morarem sozinhos, quer na mesma localidade quer a grandes distâncias, por variados motivos, por razões de emprego, independência, autonomia, simples opção de vida, entre outros.

A família com estas características, adia sucessivamente o processo de separação/individuação, mantendo por assim dizer o cordão umbilical intacto.

Com a saída dos filhos, e a formação de novas famílias, o casal volta a reencontrar-se, é o regresso à conjugalidade. O silêncio é por vezes perturbador e agora a casa “ninho vazio”, Mclver (1937 apud NICHOLS, 1984), parece enorme de tanto espaço por preencher.

O casal, agora a sós, vira-se para si próprio, como forma de enfrentar o sentimento de perda e solidão, as relações tornam-se quase fusionais, há como que um ritual de tarefas e actividades a desenvolver já interiorizadas, a entreaajuda é agora mais visível e a expressão da cultura hierárquica menos importante.

Com a chegada da reforma, o dia todo é passado em conjunto, para onde um vai, vai o outro, como diz o saber popular “para onde vai o saco, vai o barço”, ou ainda como nos descrevem Minuchin e Fishman, (1981) assistimos a um autentico “pás de deux”, que, como podemos observar na Figura 7, se faz repercutir na maior ênfase da cultura das relações interpessoais.

Paralelamente a estes aspectos desenvolvimentais, começam a surgir nesta fase, as dificuldades e os problemas que a idade acarreta, as dificuldades de visão, a meno e andropausa, as artrites, colites, entre outras. A preocupação com a saúde é agora potencializada, e não raras vezes, por efeito de simbiose, ambos tomam os

mesmos medicamentos, ou utilizam os mesmos óculos para ler.

As ameaças à funcionalidade, surgem nesta fase com a incapacidade de lidar com as mudanças e com as limitações de ordem física e sócio-cultural, que a velhice acarreta, provocando uma diminuição da capacidade heurística.

Muitas famílias com relacionamento disfuncional até aqui, encontram na saída dos filhos a oportunidade de divórcio, uma vez que a tarefa está cumprida. Esta situação, se para um dos elementos pode significar libertação, para outro pode traduzir-se em desespero, desmoronamento, abandono e solidão.

Por outro lado, a reforma e a dificuldade em lidar com as limitações desta fase, frequentemente conduzem a uma progressiva deterioração do auto conceito e a uma despreocupação com o estatuto social, que em termos de cultura organizacional da família se traduz numa diminuição da ênfase na cultura dos objectivos sociais, podendo provocar comportamentos desajustados, disfuncionais, que facilmente podem gerar sentimentos de impotência, isolamento e depressão.

A morte de um dos elementos do casal é sem dúvida, um marco importante e decisivo no ciclo vital de uma família, como descrevemos anteriormente. Depois dos filhos saírem de casa são reforçados os laços conjugais, o suporte emocional é centrado no outro, ora, muitas vezes sem filhos, ou outros recursos emocionais e instrumentais, outras vezes com filhos que se afastam sob variadíssimos pretextos, outras ainda, em que a qualidade relacional é mantida, embora fortemente afectada pela distância geográfica. A viuvez é muitas vezes vivida em plena solidão e desespero, em que a razão de viver, há muito deixou de se fazer sentir.

Com a viuvez e o luto, ultrapassada a fase em que todos, família, vizinhos e amigos, se disponibilizam para ajudar a enfrentar o futuro, rapidamente essas intenções se dissipam, transportando o(a) viúvo(a) à real situação de solidão. É então confrontado com a decisão a tomar, entre o leque de opções possíveis (quando existem), ou, obrigado a seguir aquela, que a força das circunstâncias determina.

Não querer viver mais e deixar serenamente que a morte o encontre. São frequentes os casos em que a “morte natural”, do(a) viúvo(a) não ultrapassa escassos dias ou meses, da morte do conjugue, sem causa aparente. Questionamos?!!!

Não será o desistir da própria vida uma forma de suicídio?

Permanecer na sua própria casa, que viu nascer e crescer os filhos, onde cada canto tem a sua história e recordações, enfrentando a solidão e esperando pela visita “breve”, de alguns familiares.

Abandonar o seu meio, a casa, a aldeia ou bairro e morar com os filhos, enfrentando novas regras, novas formas de vida, internas e externas à própria família, na tentativa de ultrapassar a perda das rédeas do seu destino, entregue agora, à família de acolhimento.

Por opção, ou por falta de melhor solução, ingressar numa instituição de acolhimento, lares de idosos, terceira idade ou outras tantas formas de denominar as casas que acolhem os velhos definitivamente sós.

Para além de abandonar a sua forma de vida o(a) viúvo(a), é frequentemente confrontado(a) com a impessoalidade institucional, despedido(a) das suas rotinas, da sua privacidade e muitas vezes da sua personalidade, tenta sobreviver (quando não desiste), pelas relações que vai estabelecendo com os seus parceiros, uma vez que, os elementos significativos, não se substituem, mas constituem-se na medida dos recursos disponíveis e utilizáveis.

Em qualquer das fases de desenvolvimento, quer individual, quer familiar ou social, algumas constantes parecem emergir nomeadamente, a (in) capacidade de adaptação e mudança, a pressão social, o “stock” de recursos afectivos e emocionais e a organização de papéis, normas e regras. Estas constantes, constituem todo um conjunto de factores que, pela sua dinâmica interactiva e co-evolutiva, influenciam definitivamente a (dis) funcionalidade das famílias e a sua consequente repercussão no (des) ajustamento dos comportamentos dos seus membros.

Para além da auto-aprendizagem que o sistema familiar tem sistematicamente que operar, como resposta aos problemas e às crises de maior ou menor intensidade, é necessário que a família esteja preparada para responder a todos estes desafios, não de uma forma reactiva, mas antes com uma postura preventiva.

A saúde da família repercute-se na saúde individual comunitária e social, por isso o trabalho com as famílias, neste início de século, deve centrar-se cada vez mais na formação individual e colectiva e no despertar para a emergência do aprender a tornar-se família nos diversos contextos sócio culturais.

Prevenir não significa necessariamente evitar, mas antes reunir, na antecipação, os recursos suficientes para precaver as adversidades do futuro.

#### 4. Referências

- ALARCÃO, M. (2002). *(des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra, Quarteto Editora.
- CAMERON, K. e QUINN, R. (1999). *Diagnosis and Changing Organizational Culture. Based on the Competing Values Framework*. Addison-Wesley Publishing Company.
- CLAES, M. (1985) – *Os problemas da adolescência*. Lisboa, Verbo.
- COLLINS, W. A. (1990) – *Parent-child relationships in the transition to adolescence: continuity and change in interaction, affect and cognition*, in: Montemayor, G. R. ADAMS & T. P. GULLOTTA (Eds)– *From Childhood to Adolescence. A transitional Period?*. London, Sage.
- ERIKSON, E. (1972) – *Adolescence et crise*. Paris, Flammarion.
- LOURENÇO, S. (1998) *A percepção da vinculação afectiva aos progenitores e ao grupo de pares, e a frequência com que os adolescentes conversam sobre certos aspectos significativos das suas vidas*. Monografia na Área de psicologia Social e das Organizações no ISPA.

Felipe Jorge G. M. Nave e Saul Neves de Jesus

MINUCHIN, S.; FISHMAN, C. (1981). *Family Therapy Techniques*. Cambridge, Harvard University Press.

NAVE, F. (2000). *Os Padrões das relações dos adolescentes com hipoacusia com a sua família e os seus pares*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra.

NEVES, J. (2000). *Clima Organizacional, Cultura Organizacional e Gestão de Recursos Humanos*. Lisboa, Editora RH.

NICHOLS, M. (1984). *Family therapy concepts and methods*. New York, Gardner Press.

QUINN, R. e ROHRBAUGH, J. (1981). *A competing values approach to Organizational Effectiveness*. Public Productivity Review, June, 122-140.

QUINN, R. e ROHRBAUGH, J. (1983). *A spatial model of effectiveness criteria: Towards a competing values approach to Organizational Analysis*. Management Science, 29, 363-377.

RELVAS, A. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica*. Porto, Edições Afrontamento.

SAMPAIO, D. (1994) *Inventem-se novos pais*. Lisboa, 4ª ed., Editorial Caminho.

SARACENO, C. (1997). *Sociologia da Família*. Lisboa, Editorial Estampa.

#### Correspondência

**Filipe J. G. M. Nave** - Rua General Humberto Delgado, n. 59 - 8000 - 355 - Faro - Portugal.

E-mail: fnave@netcabo.pt

**Saul N. de Jesus** - Dept. de Psicologia, FCHS, Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8000 - Faro - Portugal.

E-mail: snjesus@ualg.pt

Recebido em 10 de fevereiro de 2005

Aprovado em 31 de março de 2005